



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

INTERESSADOS: ACECO TI LTDA. e EXPERNET TELEMÁTICA LTDA.,
REFERÊNCIA: Concorrência nº 01/2007 – Processo 1.00.000.009696/2007-69

Sr. Secretário de Administração/MPF,

Trata-se dos seguintes recursos administrativos contra o julgamento exarado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral da República, na fase de análise dos documentos de habilitação da Concorrência em epígrafe:

1 – apresentado pela empresa ACECO TI LTDA. e recebido em 13.12.2007, portanto tempestivo, por considerar habilitada a Empresa Orion Telecomunicações, Engenharia Ltda, referente ao documento apresentado para cumprimento da exigência prevista no subitem 3.2.7 do edital, que trata da prova de qualificação técnica dos elementos construtivos da célula segura, mediante apresentação de certificado de conformidade com a norma técnica NBR15247 ou em-1047-2;

2 – apresentado pela empresa EXPERNET TELEMÁTICA LTDA. e recebido em 18.12.2007, portanto tempestivo, por considerar habilitada a Empresa Aceco TI Ltda, referente ao documento apresentado para cumprimento da exigência prevista no subitem 3.2.7 do edital, que trata da prova de qualificação técnica dos elementos construtivos da célula segura, mediante apresentação de certificado de conformidade com a norma técnica NBR15247 ou em-1047-2; e

3l - apresentado pela empresa EXPERNET TELEMÁTICA LTDA. e recebido em 18.12.2007, portanto tempestivo, em razão de sua inabilitação por descumprimento do subitem 3.2.7.

O aviso de licitação foi publicado no DOU nº 215 e Jornal do Brasil, datados de 08/11/2007, bem como disponibilizado no sítio da Procuradoria Geral da República, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sala segura para datacenter e respectivos subsistemas, a ser instalado no subsolo do edifício-sede da Procuradoria Geral da República, localizado no SAF Sul, Quadra 04, Conjunto "C", Brasília-DF. A sessão de recebimento dos envelopes dos documentos de habilitação e das propostas, bem como análise dos citados documentos ocorreu em 11.12.2007, às 10:30 horas, com a participação das empresas Orion Telecomunicações Engenharias Ltda., Probank S/A; Aceco TI Ltda. e Expernet Telemática Ltda.

1 - RECURSO DA EMPRESA ACECO TI LTDA. CONTRA A HABILITAÇÃO DA EMPRESA ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA LTDA.

I – DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Em suma alega a recorrente em seu manifesto:

Sustenta que o certificado apresentado pela Empresa Orion Telecomunicações Engenharia Ltda., o qual foi emitido pela Empresa Bureau Veritas para a Tecnololite Produtos Ltda., fornecedora da primeira, traz uma série de imprecisões e dúvidas, tais como, se o certificado seria acreditado pelo INMETRO ou outra entidade acreditadora membro do IAF; que em consulta ao sítio do INMETRO verificou-se que a Bureau Veritas não está acreditada para o escopo sala-cofre; que o certificado emitido é de aprovação e não de conformidade conforme exigido no edital; que consultada a ABNT foi informada de não haver notícia de forno nas dimensões necessárias para realizar-se o teste completo da ABNT NBR 15247 no Brasil, razão pela qual a ABNT credenciou o laboratório da Universidade de Braunschweig, na Alemanha, como único no mundo, atualmente, onde este tipo de teste pode ser realizado; que a Tecnolite não realizou teste nesse laboratório, conforme informação deste; finalmente, que o certificado não é suficientemente claro e transparente para que se possa concluir que o produto foi testado de acordo com todos os requisitos das normas EN 1047-2 e ABNT NBR 15247.

II – DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente, após todo o arrazoado acima transcrito:

- a) Que seja dado provimento ao Recurso Administrativo para reconsiderar a r. decisão por este signatário e inabilitar a Empresa Orion Engenharia Ltda.
- b) Outrossim, que se diligencie o Bureau Veritas para verificação da validade da certificação da Tecnolite e, sendo válido, cópia do procedimento de certificação e dos laudos de testes utilizados para a concessão da certificação apresentada pela Tecnolite na qualidade de fornecedora da Orion, para análise do atendimento de todas as exigências das normas referidas.

III – CONTRA-RAZÕES DA EMPRESA ORION

Buscando rebater os argumentos do recurso, a empresa recorrida, simplesmente demonstra sua própria capacidade técnica e as qualidades e o reconhecimento internacional da certificadora Bureau Veritas Quality Internacional (BVQI) e no final de sua exposição informo que “o BUREAU VERITAS CERTIFICATION, auditado, aprovado e acreditado pelo ISO GUIA 65, possui seu próprio procedimento de certificação à norma NBR 1547, o que atende às exigências do INMETRO para a certificação voluntária. Mas, apesar desses procedimentos estarem de acordo com a acreditação do INMETRO, por decisão comercial **não foi solicitado a acreditação para essa norma específica**”. (grifo nosso)

IV – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para análise das alegações da recorrente, a Comissão Permanente de Licitação, em 12 de dezembro de 2007, solicitou da Empresa Orion que autorizasse a certificadora Bureau Veritas o encaminhamento de cópia completa do processo de certificação para as normas NBR 15247 e EN -1047-2, incluindo todos os relatórios, laudos, certificados e demais documentos

pertinentes. Na mesma data, a citada empresa informou que encaminhou a solicitação ao fabricante do produto certificado, ou seja, Empresa Tecnolite Produtos Técnicos.

Em 13 de dezembro, foi encaminhado o ofício MPF/PGR/SA nº 508/2007 a Bureau Veritas Certification no qual solicitou-se esclarecimento das dúvidas suscitadas pela recorrente, cuja resposta foi o encaminhamento de declaração datada de 14 de dezembro com o seguinte teor:

“Informamos para os devidos fins que a empresa o certificado de número 222.169 emitido em 07.12.2007 pelo Bureau Veritas Certification a favor do solicitante Tecnolite Produtos Técnicos Ltda **foi cancelado em 12.12.2007** a partir de uma revisão técnica no processo decorrente de reclamação de 3ª parte. Essa revisão técnica do processo de certificação cancelou o certificado 222.169 e deu origem ao certificado 222.175 onde consta o produto “Parede Modular de Sala Cofre IT” segundo os requisitos da norma NBR 10636/1989.

Informamos também que o Bureau Veritas Certification é um Organismo de Certificação De Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO sob o número 0018 para mais de 40 escopos diferentes e os 2 certificados acima citados foram realizados a partir do processo de Certificação Voluntária Bureau Veritas Certification, fora do âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), sem a necessidade de acreditação desse escopo pelo INMETRO. Apesar de ter sido fora do âmbito do SBAC as regras do mesmo também foram seguidas nesse processo”. (grifei)

Em 18 de dezembro, a Bureau Veritas Certification apresentou outra declaração onde informa que o certificado número 222.169 encontra-se sub-judice uma vez que a Tecnolite Produtos Técnicos Ltda solicitou formalmente que o processo de certificação e cancelamento referente a esse certificado fosse apresentado à Comissão de Apelo do Bureau Veritas Certification para análise e definição. Outrossim, informa que, conforme requisito do isso Guia 65, tem uma comissão de apelo que analisa os processos onde existem divergências entre as partes seguidas nesse processo.

V – DAS RESPOSTAS AOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Do resultado da diligência realizada por esta Instituição junto à Bureau Veritas Certification, observou-se que, em virtude do cancelamento do certificado 222.169 emitido em favor da Tecnolite Produtos Técnicos Ltda, a Empresa Orion Telecomunicações Engenharias Ltda. não cumpriu o disposto no subitem 3.2.7 do edital da concorrência em epígrafe, que exigia atestado de conformidade com a norma técnica NBR 15247 – unidades de armazenagem segura – sala cofre e cofres para hardware ou com a norma técnica EN-1047-2 – método de classificação de resistência ao fogo para salas cofre. Ressalte-se que a emissão de novo certificado não supri a exigência editalícia haja vista que o mesmo baseia-se na norma NBR 10636/1989 que reporta-se à parede modular de sala cofre IT, objeto distinto ao pretendido.

Relevante destacar que, não obstante o inconformismo da Empresa Tecnolite ante o cancelamento do certificado 222.169, persiste o descumprimento do edital, considerando que o ato de recorrer à Comissão de Apelo do Bureau Veritas para revisão do processo de certificação e da decisão de cancelamento do certificado não tem o condão de tornar sem efeito esta decisão, haja vista não ser uma discussão na esfera judicial, mas sim, administrativa.

Destarte, pelos motivos supracitados resta prejudicada a análise dos argumentos da recorrente.

2 - RECURSO DA EMPRESA EXPERNET TELEMÁTICA LTDA. CONTRA A HABILITAÇÃO DA EMPRESA ACECO TI LTDA.

I – DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Em suma alega a recorrente em seu manifesto:

Que a empresa recorrida apresentou duas certificações, uma para cada Sala Cofre por ela comercializada, ou seja, das marcas LAMPERTZ e SISMETAL, sustentando ainda que são produtos diferentes, não esclarecendo já na fase de habilitação qual sala cofre será ofertado.

Sustenta ainda que, a certificação emitida para a Norma NBR 15247 não garante que foram realizados testes e ensaios com a Sala Cofre LAMPERTZ, considerando que o certificado emitido para conformidade com a EN 1047-2 garante, textualmente, que a Sala Cofre Sismetel foi testada conforme a norma européia, salientando, mais a frente que, como o atestado de conformidade com a NBR 15247 não é claro, entende-se que o proceder da Procuradoria Geral da República deve ser o mesmo ao julgar a habilitação da recorrente, ou seja, diligenciar o organismo certificador, ABNT, para que fique claro se os testes e ensaios de certificação de conformidade com a NBR 15247 foram ou não realizados.

II – DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente, após todo o arrazoado acima transcrito:

- a) Que seja revisto pela Comissão Permanente de Licitação a habilitação da recorrida;
- b) Caso não seja acatado os argumentos da recorrente que o presente recurso seja encaminhado ao Secretário de Administração do Ministério Público Federal; e
- c) Em sede alternativa, caso não seja julgada inabilitada a recorrida, seja desconsiderado um dos certificados de conformidade apresentados.

III – CONTRA-RAZÕES DA RECORRIDA

Em suma, a empresa recorrida, em suas Contra-Razões argumenta que ambos as certificações, tanto a emitida pela ECB-S, em conformidade com a EN 1047-2, como a emitida pela ABNT, em conformidade com a Norma NBR 15247, foram a favor da Aceco TI Ltda., e que ambos foram emitidos em conformidade com as Normas exigidas, para uma mesma Sala Cofre que será ofertado para a Procuradoria Geral da República.

IV – CONTRA-RAZÕES DA EMPRESA ORION TELECOMUNICAÇÕES ENGENHARIA LTDA.

A empresa Orion Telecomunicações Engenharia Ltda., em sua peça de Contra-Razões defende o recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. contra a habilitação da empresa Aceco TI Ltda.

As contra-razões de recurso é peça jurídica para combater recurso apresentado, se a empresa Orion Telecomunicações Engenharia Ltda. quisesse discutir a habilitação da empresa Aceco TI Ltda., deveria fazer através de procedimento próprio, ou seja, recurso tempestivo, não o fazendo, seus argumentos não devem ser considerados.

IV – DAS RESPOSTAS AOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Compulsando os autos do Procedimento Administrativo, constata que o item 3.2.7, textualmente consta o seguinte:

“Prova de qualificação técnica dos elementos construtivos da célula segura, mediante a apresentação de certificado de conformidade com a norma técnica NBR 15247 – Unidades de Armazenagem Segura – Salas-Cofre e Cofres para Hardware ou com a norma técnica EN-1047-2 – Métodos de Classificação de Resistência ao Fogo para Salas-Cofre”.

Também analisando os certificados apresentados pela empresa recorrida, verifica-se o seguinte:

a) Certificado 1 (fls. 633):

“A ABNT concede o Certificado de Conformidade de Marca e Segurança à empresa **Aceco TI Ltda.** Para os produtos: **Sala Cofre Modelo: Lampertz TDR-B/M Classe S60 D – Tipo B.** Exercidas na unidade localizada em **Av. Ragueb Chohfi, 2142 – Cj 01 – Jardim Colonial – 08375-000 – São Paulo – SP.** Foi avaliado e satisfaz os requisitos dos seguintes documentos: **ABNT NBR 15247:2004.** ABNT NBR IEC 60529:2005 (com grau de proteção IP 67). PE -047.01:2007”.

b) Certificado 2 (fls. 638):

“A Associação Européia de Sistemas de Segurança (ESSA) e. V., na qualidade de órgão certificador de acordo com em 45.011, concede à **SISMETAL LTDA – Grupo Aceco TI, São Paulo – Brasil, Av. Ragueb Chohfi 2142, 08375-000 – São Paulo – SP – Brasil,** o direito de aplicar o Selo de Certificação ECB-S às Salas-Cofre para Dados da **Classe R60 D** de acordo com **EN 1047-2:1999, Salas-Cofre ACECO – LAMPERTZ TDR-B/M”.**

Desta forma, fica demonstrado que as certificações são para o mesmo produto e atendem ao contido no subitem 3.2.7, conforme comparativo das duas certificações acima, restando prejudicados os argumentos da empresa recorrente.

3 - RECURSO DA EMPRESA EXPERNET TELEMÁTICA LTDA. CONTRA SUA INABILITAÇÃO

I – DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Em suma alega a recorrente em seu manifesto:

Sustenta que o e-mail enviado pela certificadora TÜV Rheinland do Brasil Ltda., ao mencionar que “o certificado de conformidade só será fornecido após acompanhamento dos processo fabris e construtivos no cliente”, deve ter interpretação diferente, alegando que “o e-mail do TÜV Rheinland deixa claro que o processo de certificação apenas será completado após a instalação da Sala Cofre no local indicado pela PGR para tanto”, afirmando que somente após a montagem da Sala Cofre que o certificado poderá ser entregue à PGR. (o grifo é do original)

II – DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente, após todo o arrazoado, que seja revista pela Comissão Permanente de Licitação a sua inabilitação.

III – CONTRA RAZÕES DA EMPRESA ACECO TI LTDA.

Nas Contra-Razões ao Recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. contra sua inabilitação, a empresa Aceco TI Ltda. ressalta o entendimento desta CPL em relação ao e-mail da certificado TÜV Rheinland, propondo a manutenção da inabilitação da recorrente.

IV – DAS RESPOSTAS AOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Sobre os argumentos da Recorrente faço as considerações seguintes, conforme análise da Secretaria de Tecnologia da Informação:

“O edital da Concorrência 01/2007 faz duas exigências distintas no tocante à certificação. A primeira, entendida como uma certificação *a priori*, visa a garantir que o fabricante dos elementos construtivos da célula segura tenha submetido o seu produto, e o processo fabril deste, ao crivo de uma entidade certificadora, no sentido de aferir a conformidade com pelo menos uma das normas solicitadas (NBR 15.247 ou EN-1047-2). O segundo, *a posteriori*, tem o propósito de verificar o procedimento de instalação e montagem da célula segura nas dependências da Procuradoria Geral da República. As situações são distintas e a exigência de ambas as certificações é perfeitamente cabível, caso contrário, tal requisito teria sido alvo de questionamentos e tentativas de impugnação durante o período de publicação do edital, o que não foi o caso.

A resposta da certificadora TÜV Rheinland do Brasil Ltda é suficientemente clara ao afirmar, em resposta à consulta da Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral da República, que “...o documento RELT 1082/07 é **parte**(grifo nosso) dos documentos exigidos para o processo de certificação de conformidade.”, e ainda “O certificado de conformidade só será fornecido após acompanhamento dos processos fabris e construtivos no cliente, além de ensaios de outras normas, constantes em nosso processo de certificação e em aprovação pelo INMETRO. **Sem a conclusão destas fases qualquer certificação oferecida é incompleta.**(grifo nosso)”.

O último período da citação acima é suficiente para sustentar os motivos que levaram à inabilitação da empresa, qual seja, o descumprimento da seguinte exigência extraída do edital do certame em tela: “3.2.7. Prova de qualificação técnica dos elementos construtivos da célula segura, mediante a apresentação de certificado de conformidade com a norma técnica NBR 15247 – Unidades de Armazenagem Segura – Salas-Cofre e Cofres para Hardware ou com a norma técnica EN-1047-2 – Métodos de Classificação de Resistência ao Fogo para Salas-Cofre.”.

Ao citar o texto “O certificado de conformidade só será fornecido após acompanhamento dos processos fabris e construtivos no cliente,...”, extraído da resposta da certificadora TÜV Rheinland do Brasil Ltda, a recorrente procura induzir a Administração a entender que o “cliente” é a Procuradoria Geral da República, quando na verdade, resta-nos evidente que trata-se da empresa Dbumann, cliente da TÜV Rheinland no processo de certificação, e que “além de ensaios de outras normas,...”, a certificadora ainda não acompanhou o processo fabril da empresa Dbumann e que “Sem a conclusão destas fases qualquer certificação oferecida é **incompleta.**(grifo nosso)”.

Embora julguemos suficientes as ponderações apresentadas até aqui, passamos agora a analisar as citações referentes ao INMETRO contidas na peça da recorrente, e se há pertinência no envolvimento do Instituto na questão em exame.

Importante salientar que a recorrente deveria ter apresentado em suas alegações documentos do INMETRO que comprovassem sua tese, e não transferir à Administração a obrigação de diligenciar sobre matéria que esta julga-se suficientemente embasada. Ainda assim, a questão que se deve suscitar ao INMETRO não é se há certificação *a posteriori* para salas-cofre, pois quanto a isso não resta dúvida, pois o edital da Concorrência 01/2007 a solicitou. A questão é se não há certificação *a priori* do produto sala-cofre. Como seria possível não existir, se as normas NBR 15.247 e EN-1047-2 consideram não somente aspectos de montagem, como estanquidade e passagens seladas; mas fundamentalmente de fabricação, como resistência dos painéis ao fogo e impacto.

Segue abaixo texto extraído da norma NBR 15.247, que demonstra claramente o absurdo de se considerar que a norma aplica-se exclusivamente a uma certificação *a posteriori*:

“6.1.1 A resistência ao fogo de um corpo-de-prova de sala-cofre tipo A, sala-cofre tipo B ou cofre para hardware é determinada aquecendo-o e resfriando-o em um forno de ensaio. A temperatura e a umidade relativa do ar dentro do corpo-de-prova são medidas durante o ensaio.

...

6.2 Aparelhagem de ensaio

6.2.1 Forno capaz de proporcionar a elevação de temperatura conforme curva tempo-temperatura da ISO 834-1, de modo uniforme, satisfazendo as condições de aquecimento e resfriamento especificadas nesta Norma...

...

Tabela 3 – Programa padrão de resfriamento

<i>Tempo após o término do aquecimento (min)</i>	<i>Temperatura do forno - °C</i>
0	945
15	440
30	295
45	180
60	125
90	95
120	70
180	60
240	45
360	40
480	35
720	30
960	25

”

O trecho acima corresponde a uma pequena parte da norma, mas evidencia que seria inimaginável supor que um forno com os requisitos exigidos na norma, que comportasse a sala-cofre objeto do edital, fosse montado nas instalações da Procuradoria Geral da República e que a sala adquirida fosse submetida ao rigor dos testes previstos na norma, entre outros, ser aquecida até 945 °C.

O que a norma prevê é que o fabricante interessado em certificar-se deverá submeter um exemplar completo do seu produto, com dimensões mínimas definidas na norma, aos testes previstos nesta. Este exemplar, denominado na norma de corpo-de-prova, deverá ser submetido a todos os testes previstos na norma, denominados ensaios, e ao final, ser expedido um relatório de ensaio.

Importante ressaltar que o documento final que deve ser produzido com o resultado dos ensaios previstos na norma, denominado relatório de ensaio, deve conter, entre outras informações, a seguinte: *“declaração de que os resultados obtidos só referem-se à amostra ensaiada e que devem ser considerados apenas como base para certificação. O relatório de ensaio não deve ser considerado como um certificado de conformidade”*. A preocupação contida nesta ressalva é de que a certificação só pode ser conferida ao produto com a verificação do seu processo de fabricação, para aferir que o fabricante tem capacidade de produzir em série com a mesma qualidade do corpo-de-prova submetido à análise. Está consubstanciado o nosso entendimento, já manifestado anteriormente, de que o “cliente” citado pela recorrente no texto extraído da resposta da certificadora TÜV Rheinland do Brasil Ltda é a empresa Dbauermann, fabricante da sala-cofre, e não a Procuradoria Geral da República. Para não ficarmos apenas no confronto de entendimentos, consultamos por telefone o Senhor Arnaldo Barbulio Filho, da certificadora TÜV Rheinland do Brasil Ltda, que prontamente nos confirmou que de fato o “cliente” citado em sua mensagem é a empresa Dbauermann. Ele aguarda que lhe enviemos consulta sobre a questão para que possa esclarecê-la formalmente com uma nova mensagem.”

Pelos motivos expostos pela STI, verifica-se que não assiste razão à Recorrente, de modo que não devem prosperar suas alegações.

CONCLUSÃO

Por todo exposto, conheço dos recursos e no mérito decido o que segue:

1 – Dou provimento ao recurso apresentado pela empresa Aceco TI Ltda. e reconsidero o ato que habilitou a empresa Orion Telecomunicações Engenharias Ltda, para declará-la inabilitada por descumprir o subitem 3.2.7 do edital da Concorrência 01/2007;

2 – Nego provimento ao recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. e mantenho a habilitação da empresa Aceco TI Ltda.; e

3 - Nego provimento ao recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. e mantenho sua inabilitação.

Brasília, 04 de janeiro de 2008.

FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAUJO
Presidente da CPL/PGR
Substituto



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

REFERÊNCIA: Processo PGR nº 1.00.000.009696/2007-69
ASSUNTO: Concorrência nº 01/2007
INTERESSADOS: ACECO TI LTDA. e EXPERNET TELEMÁTICA LTDA.

DESPACHO

Trata-se de recursos interpostos pelas empresas **ACECO TI LTDA . e EXPERNET TELEMÁTICA LTDA.** participantes do procedimento licitatório Concorrência nº 01/2007, que visa a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sala segura para datacenter e respectivos subsistemas, a ser instalado no subsolo do edifício-sede da Procuradoria Geral da República, localizado no SAF Sul, Quadra 04, Conjunto "C", Brasília-DF.

Analizado o recurso e baseado na justificação do Pregoeiro da Procuradoria-Geral da República/MPF, que incorporo como fundamento de decisão, e nos termos do edital do Pregão acima referenciado, e conforme o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/1993, obedecido ainda o interesse público, conheço do recurso, para, no mérito decidir:

- 1 – mantenho a decisão da Comissão Permanente de Licitação, ao dar provimento ao recurso apresentado pela empresa Aceco TI Ltda. ao reconsiderar o ato que habilitou a empresa Orion Telecomunicações Engenharias Ltda, para declará-la inabilitada por descumprir o subitem 3.2.7 do edital da Concorrência 01/2007;
- 2 – Nego provimento ao recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. e mantenho a habilitação da empresa Aceco TI Ltda.; e
- 3 - Nego provimento ao recurso apresentado pela empresa Expernet Telemática Ltda. e mantenho sua inabilitação.

Dê-se ciência da decisão à interessada.

Cumpra-se.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 2008

LEOPOLDO KLOSOVSKI FILHO
Secretário de Administração